

ADENDA

MANUAL DE APOIO ÀS PEQUENAS UNIDADES DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS

Figueira da Foz, 7 de Janeiro de 2009

O Manual de Apoio às Pequenas Unidades de Restauração e Bebidas publicado pela Câmara Municipal da Figueira da Foz em Junho de 2005 teve como objectivo ajudar as pequenas empresas da área da restauração principalmente na área da higiene e segurança alimentar.

A principal preocupação que presidiu à sua concepção foi a de ter uma abordagem muito simples por forma a ser entendida com facilidade por todos os intervenientes da área da restauração.

De então para cá assistiu-se a alterações legislativas significativas pelo que sentimos a necessidade de actualizar a legislação actualmente em vigor e que é referida nesta adenda.

Aproveitámos para fazer a correcção a algumas imprecisões verificadas no Manual.

- PÁGINA 13
4º PARÁGRAFO
ONDE SE LÊ: “ Os funcionários não podem espirrar ou tossir para cima dos alimentos. *Em caso de surto gripal* deverão utilizar máscaras para trabalhar...”
DEVE LÊR-SE: “ Os funcionários não podem espirrar ou tossir para cima dos alimentos. *Neste caso* deverão utilizar máscaras para trabalhar...”

- PÁGINA 15
3º PARÁGRAFO
ONDE SE LÊ: “...A secagem não deve ser feita com panos, deve ser feita ao ar...”
DEVE LÊR-SE: “...A secagem não deve ser feita com panos, deve ser feita ao ar, no mais curto espaço de tempo e em local protegido de poeiras e insectos.”

- PÁGINA 37
Face aos novos diplomas legais, não se aplica o que está descrito no capítulo “*ALGUNS ASPECTOS LEGAIS SOBRE LICENCIAMENTO*”, continuando a ser necessário o licenciamento dos estabelecimentos de acordo com a legislação em vigor.

- PÁGINAS 40 E 41

Decreto-Lei 234/2007 de 19 Junho - Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a instalação e modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, bem como o regime aplicável à respectiva exploração e funcionamento

Decreto Regulamentar nº20/2008 de 27 de Novembro – Estabelece os requisitos específicos relativos às instalações, funcionamento e regime de classificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas

Decreto-Lei 328/86 de 30 de Setembro (artigos 34º e 36º) – Obras que interessem directamente à exploração independentemente da autorização do locador

Portaria 537/2007 de 17 de Julho – Modelo de declaração para o exercício da actividade dos estabelecimentos

Regulamento (CE) nº852/2004 de 29 Abril –Estabelece as regras gerais relativas à higiene dos géneros alimentícios

Regulamento (CE) nº853/2004 de 29 Abril – Regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal

Decreto-Lei 113/2006 de 12 Junho – Estabelece o regime sancionatório aplicável às infracções às normas dos Regulamentos (CE) nº 852/2004 e 853/2004, de 29 de Abril, bem como as normas e, define o processo aplicável à aprovação dos códigos nacionais de boas práticas e

procedimento de recurso em caso de não aprovação ou rejeição de produtos frescos de origem animal

Regulamento 2074/2005 – Estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Regulamento (CE) n°853/2004 de 29 de Abril, e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Regulamentos (CE) n°854/2004 e n° 882/2004, que derroga o Regulamento (CE) n° 852/2004 e altera os Regulamentos (CE) n° 853/2004 e (CE) n°854/2004

Despacho normativo n°38/2008 de 13 de Agosto - Estabelece o procedimento para a concessão das adaptações aos requisitos de higiene aplicáveis à produção de géneros alimentícios

Portaria 329/75 de 28 Maio – Regras de normalização relativas à higiene alimentar

Regulamento (CE) n°178/2002 de 28 de Janeiro – Determina princípios e normas gerais da legislação alimentar

Portaria 149/88 de 9 de Março – Fixa as regras de asseio e higiene a observar pelas pessoas que, na sua actividade profissional, entram em contacto directo com os alimentos

Decreto-Lei 441/91 de 14 de Novembro – Estipula que trabalhadores que manipulem alimentos sejam submetidos a exames periódicos de vigilância de saúde e que sejam portadores de afecções que possam colocar em risco a saúde dos restantes trabalhadores

Portaria 1135/95 de 15 de Setembro – Regras a observar na utilização das gorduras e óleos na preparação e fabrico dos géneros alimentícios fritos

Decreto-Lei n° 33/87 de 17 de Janeiro – Relativo aos estabelecimentos de fabrico e venda de pão

Decreto-Lei n° 9/2002 de 24 de Janeiro – Estabelece restrição à venda e consumo de bebidas alcoólicas e altera os Decretos-Lei n°s 122/79, de 8 de Maio, 252/86, de 25 de Agosto, 168/97, de 4 de Julho e 370/99 de 18 de Setembro

Decreto-Lei n°76/2005, de 4 de Abril – Proíbe a venda de tabaco a menores de 16 anos de idade

Lei n° 37/2007 de 24 de Agosto – Aprova normas para a protecção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco e medidas de redução da procura relacionadas com a dependência e a cessação do seu consumo

Portaria 262/2000 de 13 de Março - Afixação de preços e entrega de recibo ao consumidor nas cafetarias

Portaria n°1069/97 de 23 de Outubro – Aprovação do modelo, preço, fornecimento, distribuição, utilização e instrução do livro de reclamações

Portaria n°24/2005 de 11 de Janeiro de 2005 – Define as regras relativas ao modo de apresentação do azeite destinado a ser utilizado como tempero de prato nos estabelecimentos de hotelaria, de restauração e de restauração e bebidas. (Proíbe galheteiros a partir de Janeiro de 2005)

Decreto-Lei 310/2002 de 18 de Dezembro – Licenciamento do exercício de actividade de exploração de máquinas de diversão

Decreto-lei 309/02 de 16 de Dezembro – Regula a instalação e funcionamento dos recintos de diversão e recintos destinados a espectáculos de natureza não artística

Decreto-Lei n° 163/2006 de 8 de Agosto – Define as condições de acessibilidade a satisfazer no projecto e na construção de espaços públicos, equipamentos colectivos e edifícios públicos e habitacionais

Resolução do Conselho de Ministros nº9/2007 de 17 de Janeiro – Define as medidas do plano nacional de promoção da acessibilidade

Decreto-Lei 220/2008 de 12 de Novembro – Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios

Decreto-Lei nº160/2006 de 8 de Agosto – Estabelece os elementos necessários na conformação do contrato de arrendamento

Decreto-Lei 9/2007 de 17 de Janeiro – Regulamento geral do ruído

Decreto-Lei 96/2008 de 9 de Junho - Requisitos acústicos dos edifícios

Regulamento de abertura e encerramento dos estabelecimentos de venda ao público e de prestação de Serviços do Município da Figueira da Foz

Regulamento municipal sobre o licenciamento e funcionamento das esplanadas

Esplanada Silva Guimarães – Zona Comercial – Directivas regulamentares especiais para a instalação de esplanadas da zona comercial e envolvente da Esplanada Silva Guimarães